

A PROBLEMÁTICA DA POLÍTICA SOCIAL

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

A Problemática da Política Social

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P962 A problemática da política social [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-148-0

DOI 10.22533/at.ed.480192202

1. Brasil – Política e governo. 2. Políticas sociais – Brasil.
3. Política pública – Brasil. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza.

CDD 320.60981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

CATADORES/AS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: CONDIÇÕES DE VIDA E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO

Mari Aparecida Bortoli

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul PUCRS. Bolsista do PNPd/CAPES na Escola de Humanidades PPGSS. Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Carlos Nelson dos Reis

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul PUCRS. Professor da Escola de Negócios PPGE e da Escola de Humanidades PPGSS. Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Heloísa Teles

Universidade de Caxias do Sul UCS. Professora no Curso de Serviço Social. Caxias do Sul, Rio Grande do Sul.

RESUMO: O objetivo do texto é contribuir com as discussões da relação entre as condições de vida e as estratégias de enfrentamento a exploração do trabalho engendradas pelos/as catadores/as de materiais recicláveis que atuam na coleta seletiva. São apresentados dados, colhidos por meio de entrevistas e observações, sobre as condições de trabalho, de moradia, de saúde e de escolaridade, assim como as formas organizativas do segmento. A análise indica que as condições de vida dos/as catadores/as demandam políticas de inclusão social e econômica para garantir sua subsistência, bem como para o fortalecimento da organização e a consolidação da ocupação. As respostas à essas demandas, forjadas na

relação Sociedade/Estado, por meio de políticas sociais, condicionadas às lutas por trabalho, habitação, educação, dentre outros direitos, parecem reduzidas à mercantilização dos direitos sociais. Ao mesmo tempo, ampliam o engajamento e a apropriação das condições de vida e trabalho, a defesa dos direitos humanos e sociais e dos processos democráticos de participação política e social vinculados com a construção de uma nova ordem societária.

PALAVRAS-CHAVES: Catadores, Trabalhadores, Lutas Sociais, Direitos Sociais.

ABSTRACT: The objective of the text is to contribute to the discussions of the relationship between living conditions and coping strategies exploited by recyclable materials waste pickers. Data are collected through interviews and observations about working conditions, housing, health and schooling, as well as the organizational forms of the segment. The analysis indicates that the living conditions of the scavengers demand policies of social and economic inclusion to guarantee their subsistence, as well as to strengthen the organization and the consolidation of the occupation. The responses to these demands, forged in the society/state relationship, through social policy, conditioned to the struggles for work, housing, education, among other rights, seem reduced to the commodification of social

services. At the same time, they broaden the engagement and appropriation of living and working conditions, the defense of human and social rights and the democratic processes of political and social participation linked to the construction of a new social order.

KEYWORDS: Waste Pickers, Workers, Social Rights, Social Rights

1 | INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO

O capitalismo na contemporaneidade garante a sua reprodução ampliada, por meio da qual o mais valor é gerado pelos trabalhadores e acumulado pelo capitalista, impondo aos trabalhadores, em várias situações, condições de superexploração, manifestas em situações de subcontratação e precarização. Concomitantemente, suprime os direitos sociais, conquistas históricas da classe trabalhadora, reiterando e refinando os processos de expropriação do trabalho pelo capital, retirando do trabalhador seus meios de trabalho, assim como suas condições de subsistência. As formas contemporâneas de exploração do trabalho pelo capital se intensificam com o objetivo de alienar o trabalhador da sua capacidade política, todavia, esta é condição para constituição dos sujeitos históricos e das insurgências.

As condições de vida da classe trabalhadora e dos segmentos sociais empobrecidos são condicionadas pelos processos de produção e reprodução da vida social, agudizados pelas transformações das forças produtivas nos últimos trinta anos do século XX que, além de favorecerem a superexploração do trabalho para garantirem superlucros ao capital, facilitam a subtração de direitos humanos e sociais por meio da refração das políticas sociais. Estas, expressão contraditória da socialização das condições para a reprodução ampliada do capital, de um lado, e das conquistas fundamentais para a subsistência dos trabalhadores, de outro, cumprem um papel estratégico na consolidação da hegemonia do mercado, o qual dá forma de mercadoria aos direitos sociais e viabiliza novas alternativas para valorização do capital e mercantilização da vida social.

Às relações de controle e preservação da mão de obra disponíveis ao capital, pactuadas estrategicamente nas relações entre Sociedade/Estado, agrega-se a criminalização das resistências e organizações populares e sociais. Nessa passagem de século, demarcada pela destituição do Estado de Direito, cuja orientação retrocede à moralização das expressões da questão social anunciada pela reforma gerencial e ênfase privatista que minimiza o Estado para a implementação dos serviços e políticas sociais, ao mesmo tempo que maximiza seus mecanismos de controle sobre os trabalhadores e segmentos sociais empobrecidos, evidencia um saldo negativo para as instâncias de organização dos trabalhadores, seja pelas tendências de cooptação das lutas sociais e sindicais, seja pela criminalização das lutas e movimentos sociais.

A reorganização econômica, pautada pelo modo flexível de produção no âmbito da sociedade de mercado, resulta na privatização dos serviços e na mercantilização

dos direitos sociais, subjugando as desigualdades sociais oriundas das contradições entre os interesses do capital e dos trabalhadores. Nessa perspectiva as resistências expressas nas organizações associativas e/ou cooperativas, nas quais se insere o segmento de catadores/as, forjam as condições para tomada de decisão e deliberação acerca da sua ocupação, seu reconhecimento e pagamento pelos serviços prestados e o lugar que ocupa na cadeia produtiva dos materiais recicláveis e sua luta pela constituição da reciclagem popular.

Na verdade, as transformações societárias, provocadas pelo revolucionar constante das forças produtivas, exigem mudanças nas instâncias econômica e política, repercutindo na reconfiguração das relações sociais. É nesse contexto, historicamente determinado pela lógica da acumulação capitalista e pelas condicionalidades postas ao desenvolvimento econômico da sociedade brasileira, conseqüentemente aos trabalhadores, que problematizamos as condições de vida e as formas de enfrentamento à exploração do trabalho engendradas pelo segmento de catadores/as para sua inserção nos processos produtivos e o fortalecimento da sua organização política e social, no âmbito da coleta seletiva.

Nosso objetivo é contribuir com as discussões que vem sendo realizadas a partir desses temas, evidenciando a relação entre os modos de organização e as políticas de inclusão social dirigidas ao segmento, que perpassa o processo histórico de reconhecimento da ocupação de catador pela Comissão Brasileira de Ocupações (CBO, 2002), bem como um conjunto de iniciativas que corroboram para sua inserção econômica e social, nos limites das subcontratações e condições precárias nas quais a coleta é realizada nas ruas e galpões de triagem de materiais recicláveis.

Para tanto, apresentamos dados provenientes de pesquisa de cunho quantitativo, na qual foram utilizadas técnicas bibliográficas para revisão das produções a respeito do tema, bem como documental, especialmente no que refere às reivindicações e orientações do segmento e as determinações estabelecidas pelos poderes públicos para inserção dos/as catadores/as na coleta seletiva. Realizamos ainda um levantamento empírico, composto por dados estatísticos coletados por meio de formulários e entrevistas com 150 catadores/as de um município da Região Metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. A coleta de dados foi realizada entre os anos de 2008 e 2012 para fins de pesquisa de doutoramento. Para a análise, nos referenciamos na perspectiva teórico-metodológica orientadas pelo método materialista histórico dialético com o intuito de apreender aspectos do cotidiano de organização econômica e política do segmento de catadores/as articulados à totalidade histórica da vida social.

Mostramos, no decorrer do texto, que os catadores/as protagonizam a condição de trabalhadores que atuam na coleta de materiais recicláveis como fonte da subsistência própria e dos seus familiares. Atuam de forma isolada e/ou organizada em associações e cooperativas e remetem os materiais coletados e enfardados aos atravessadores e/ou às centrais de coleta para posteriormente serem transformado pela indústria de

reciclagem. Em condições de informalidade e/ou subcontratações subsidiadas pelos poderes públicos, os quais isentam a indústria da reciclagem do devido pagamento aos serviços de coleta realizados nas ruas e/ou galpões de triagem, os/as catadores/as buscam a inserção no universo do trabalho, reivindicando a implementação de políticas que atendam suas necessidades de moradia, educação, saúde, previdência e assistência social.

Destacamos a expressão política do segmento, manifesta na construção de instâncias de participação e deliberação acerca da ocupação, abrangendo suas organizações de bases, comitês regionais e coordenações estaduais, articuladas por uma comissão nacional, orientadas por princípios de autogestão, democracia direta, independência de classe, apoio mútuo e solidariedade de classe, consubstanciados no Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis MNCR. Esses princípios dão a direção social da ocupação de catador/a organizada em associações e cooperativas como formas alternativas que primam pela apropriação coletiva dos meios e resultados do trabalho de coleta e pela reciclagem popular, contrapostas à apropriação privada para acumulação de capital, predominante na indústria da reciclagem.

Sabemos que a busca por maior produtividade e lucratividade é facilitada pelo esgotamento dos recursos e forças produtivas existentes e pela instauração de novos mecanismos destinados ao barateamento dos custos da produção por meio da inserção de novas tecnologias na prestação de serviços e da diminuição dos postos de trabalho. Frente a essa realidade, não podemos deixar de considerar que nos últimos anos do século XX e, especialmente na primeira década do século XXI, as associações e cooperativas de trabalho passaram a ser propostas, tanto como alternativas dos trabalhadores desempregados, quanto estratégias de barateamento dos encargos sociais das empresas orientadas pelo modelo flexível de gestão da produção.

Assim sendo, os catadores irão disputar as formas associativas e cooperativas para garantir condições de vida e trabalho, em um contexto de desenvolvimento tecnológico que compete para a qualificação e excelência de ocupações ligadas diretamente a criação de condições para difusão das novas tecnologias e sua inserção nos processos produtivos/improdutivos e mercados eletrônicos, contraposto a emersão de ocupações sem exigências de qualificação, destinadas aos segmentos subalternizados por situações de desemprego, empobrecimento, etnia, gênero, dentre outras desigualdades e, portanto, expropriados dos meios de produção e das capacidades produtivas, sujeitados a precarização pela desregulamentação das relações de trabalho e perda de direitos.

Essas conjunções vividas no cotidiano dos/as catadores/as que atuam na coleta de materiais recicláveis nas ruas das cidades, somadas a precarização das condições de trabalho e ausência de condições de habitação e de acesso à saúde, à previdência e assistência social, dentre outras, põem em xeque as condições de subsistência desses/as trabalhadores/as, mas ao mesmo tempo, põem em movimento

sua articulação com outras instâncias de organização popular e social. Neste sentido, o segmento de catadores/as contribui sobremaneira para a irrupção e fortalecimento das lutas contra as desigualdades sociais, dando visibilidade às contradições do capital e seu desenvolvimento condicionado à exploração do trabalho e investindo na sua superação.

Para apresentar essa discussão e análise, organizamos o texto em duas partes. Na primeira destacamos os dados referentes as condições de vida dos/as catadores/as e, na parte seguinte, apresentamos aspectos pertinentes às relações forjadas nos processos de inclusão econômica e social em que se inserem, bem como as tecnologias produzidas e acessadas para a realização do trabalho de coleta seletiva. Ressaltamos que esses dados e análises vêm alimentando discussões no âmbito acadêmico e junto ao segmento de catadores, o conhecimento de suas demandas e os limites de acesso aos direitos sociais. A apresentação em diversos eventos tem contribuído para aprofundar o conhecimento da temática, cumprindo o papel da academia no processo de formação de pesquisadores e na socialização dos conhecimentos que produz acerca dos processos e políticas sociais.

2 | CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO DOS/AS CATADORES/AS

Os catadores não estão dentro das empresas de reciclagem responsáveis pelo processamento e transformação dos materiais recicláveis, tampouco estão dentro dos galpões de triagem, espaços privilegiados para garantir a invisibilidade da ocupação. Como em tantas outras cidades do Brasil ou do mundo, os catadores estão nas ruas, catando materiais recicláveis. Alguns se organizam por intermédio de associações e cooperativas e arremetem aos intermediários o resultado diário do seu trabalho. Os intermediários tratam-se de compradores dos materiais coletados pelos catadores nas ruas que se estabelecem em pequenos depósitos, às vezes, nos próprios domicílios, onde negociam com catadores para posterior fornecimento de materiais recicláveis aos grandes compradores.

O trabalho de coleta de materiais recicláveis é aceito pelo Estado, respaldado pelas empresas e útil para toda sociedade, culminando como uma *alternativa* ao crescente desemprego e à preservação ambiental e, também, como *objeto* de políticas de geração de trabalho e renda. A vivência dessas condições vai tecer experiências particulares de vida e trabalho para o segmento de catadores de materiais recicláveis.

No município onde foi realizada a pesquisa, ora apresentada, a população de catadores de materiais recicláveis é de mais de 3 mil, segundo as estimativas do MNCR/RS. São adultos/jovens, com uma média de idade de 38 anos; 84% deles têm mais de 26 anos. Entre os entrevistados, 61,3% se constituem por mulheres, demarcando o aumento destas no desenvolvimento da atividade de coleta. Segundo as lideranças do MNCR/RS, essa situação mudou marcadamente nos últimos anos.

Em uma situação de apreciação dos dados da pesquisa, uma liderança observou: *Como mudou! Há pouco mais de dois anos a maioria era de homens*¹.

Assim como se destaca o aumento do número de mulheres nas atividades de coleta, também se identifica que algumas delas estão nessa atividade há muito tempo, pois a ocupação não é recente na cidade: *atuo na catação e triagem há mais de dezessete anos*²; *eu tenho mais de trinta anos na catação*³. O trabalho das mulheres na coleta de materiais recicláveis tem muitas facetas. Além de determinadas normas de gênero como capacidade para decifrar “os diversos materiais através do toque, do olhar e do cheiro” (RIBEIRO, 2011), está relacionado ao aumento da pobreza e à extrema precarização das condições de vida e trabalho daqueles que realizam a coleta.

Os depoimentos revelam a inserção das mulheres no trabalho de coleta motivada pela necessidade; entretanto, sua inserção nos grupos organizados é limitada devido ao preconceito e ao machismo: *Acho que eles pensam que somos burras. Não reconhecem que as mulheres também são capazes. Se a gente é capaz de coordenar a família, a gente é capaz de muita coisa. Os homens se preocupam em serem orientados por mulheres*⁴. Esses depoimentos expõem as situações vividas pelas mulheres, semelhantes às relações históricas nas quais elas têm sido submetidas, além de mostrar outras desigualdades se perpetuando no interior da organização da coleta de materiais recicláveis. Além de constituírem a maioria no desenvolvimento do trabalho, as mulheres também são maioria na chefia dos lares. Dentre os entrevistados, 61,3% são mulheres, chefes de família, responsáveis pelo provimento de condições de subsistência para seus grupos familiares, os quais 34% são compostos por 3 a 5 pessoas.

Diante do desemprego, o grupo familiar é encarregado de dar conta das condições de subsistência dos seus membros e os rendimentos, para 42,7% dos entrevistados, variam entre R\$ 300,00 a R\$ 600,00/mês, não sendo determinados somente pelo número de pessoas que catam na família, mas pelo tempo de trabalho dedicado à catação, pelos locais onde a coleta é realizada, pelo domínio técnico que permite o reconhecimento de materiais com maior ou menor valor, entre outras variáveis.

Os catadores, com muita frequência, moram em áreas de ocupação irregular, nas proximidades de fronteiras com áreas loteadas ou de preservação ambiental, mas, principalmente, nos bairros com menos condições de habitabilidade. De modo geral, o que se observa nos bairros é que o poder público é alheio à criação de condições mínimas de habitabilidade para essas populações. Essas situações

1. Catador de 26 anos, representante estadual e militante ativo do MNCR, participou de diversos eventos nacionais e internacionais.

2. Catadora de 48 anos, cooperada, atua na unidade de triagem e participa de atividades relativas aos grupos organizados. Já trabalhou como cuidadora de pessoas com sofrimento psíquico.

3. Catadora com 53 anos, cooperativada, moradora da Vila Pontilhão; exerce liderança entre os catadores. Excluída do sistema educativo formal antes de concluir a 4ª série.

4. Idem nota 3.

levam os moradores a recorrerem às suas próprias soluções: “compram” os lotes de estelionatários, “emprestam” água dos moradores dos bairros vizinhos através de encanamentos clandestinos, às vezes, feitos por dentro de valas e esgotos, entre *alternativas* possíveis para a garantia de condições mínimas de vida. Do total de residências, 52,7% utilizam iluminação elétrica irregular. Com o abastecimento de água, a situação é semelhante: 55,3% informam não contar com esse serviço. Algumas vezes, a água é proveniente da rede geral, outras vezes, de poços abertos na terra. O esgotamento sanitário é a céu aberto em 73,3% das residências e somente 80,7% dos entrevistados declaram a existência de banheiro em suas casas.

O trabalho de coleta, associado ao tipo de construção e à ausência de condições sanitárias, como acesso à água encanada e ao esgotamento, tornam essa população vulnerável a doenças e a sérios problemas de saúde. Todavia, esses trabalhadores se submetem a condições insalubres, visto que suas atividades, na maioria das vezes, são realizadas a céu aberto. Os entrevistados destacam problemas como pressão alta e complicações respiratórias e reumáticas, os quais muitas vezes inviabilizam o trabalho que exige força e exposição a intempéries. Mesmo para os catadores organizados, os cuidados com a saúde são adiados em função das exigências do trabalho: *Na cooperativa, se eu não trabalho, eu não recebo; assim, não posso me tratar*⁵.

Quanto à escolaridade dos entrevistados, a maioria não concluiu o ensino fundamental. Compõem essa população alguns que nunca frequentaram a escola e outros que não concluíram o ensino primário. O interesse de retorno ao ensino formal é manifestado por exatamente a metade dos entrevistados. Uma catadora questiona: *Você sabe por que alguém é catador? Porque não estudou e não sabe fazer outras coisas*⁶. Essa associação não se dá por acaso, visto que existe um investimento em ligar o nível de escolaridade à empregabilidade, de modo a associar o sistema educacional aos interesses econômicos naquilo que refere o exercício formal de trabalho.

Outro aspecto que contribui para a caracterização da população de catadores de materiais recicláveis diz respeito ao acesso dessa população aos direitos e benefícios sociais. Quase metade dos catadores entrevistados não acessa nenhum benefício social. A inclusão no Programa Bolsa Família (PBF), de transferência de renda atinge menos da metade dos entrevistados; outros recebem aposentadoria ou estão incluídos no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e no Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). Na realidade, torna-se natural, ao ser considerado como trabalhador da coleta, que o entrevistado negue o recebimento do benefício. Um dado que reforça essa interpretação é o do baixo índice de contribuintes da previdência social, apenas 3% dos entrevistados. 9,3% se declaram aposentados em decorrência da contribuição com a previdência social durante a realização de outras ocupações. Durante as entrevistas, uma catadora cooperada revela suas dúvidas em relação a sua condição

5. Idem nota 3.

6. Catadora com 53 anos, cooperativada, moradora da Vila Pontilhão; exerce liderança entre os catadores. Excluída do sistema educativo formal antes de concluir a 4ª série

de contribuinte da previdência social: *Se tem algum benefício ser da cooperativa, eu não sei qual é. Acho que tem INSS, mas nunca vi os recibos*⁷.

Cabe ressaltar que o acesso aos direitos e benefícios sociais é tema debatido em oficinas organizadas pelos e para os catadores, nas quais eles são orientados sobre seguridade social, especificamente sobre a previdência social, visto que os integrantes do MNCR/RS acompanham e participam da Mobilização pela Previdência Especial aos Catadores. Eles reivindicam a inclusão do catador como segurado especial, a contribuição de 2,3% da renda para o INSS, a aposentadoria aos catadores por tempo de serviço sem contribuição, a garantia de seguridade social para cerca de 800 mil trabalhadores que atuam na coleta e o fim dos impostos patronais para as cooperativas populares. Nesse contexto, “o trabalho é o elemento que determina a justaposição contraditória entre previdência e assistência social, o que em tese geraria uma cobertura para todos, inseridos e não inseridos na relação salarial” (BEHRING, 2008, p.154). Contudo, as transformações no mundo do trabalho repercutem em alterações na luta política do trabalho, provocando o predomínio da política de assistência social entre as demais políticas de seguridade social.

Essas condições demandam formas específicas de inclusão social pelo trabalho, nelas os catadores priorizam suas reivindicações em relação às suas necessidades, as quais estão condicionadas à criação de condições de trabalho.

3 | REIVINDICAÇÕES E FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO

As possibilidades de inserção dos catadores no mercado da reciclagem foram sendo forjadas nos espaços de organização da ocupação a partir de reivindicações e expectativas de Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos (PSAU). Essa possibilidade vem ganhando materialidade e, em alguns municípios se efetivando nas associações e cooperativas de catadores. Na primeira década do século XXI, essas formas organizativas se expandiram para além das grandes metrópoles, atingindo diversas cidades brasileiras. Pesquisas sobre a possibilidade de pagamento por serviços ambientais urbanos, aos catadores de materiais recicláveis, vem indicando os benefícios potenciais da reciclagem para a sociedade brasileira, no caso de encaminhamento dos resíduos sólidos para a reciclagem e não para os lixões e aterros (IPEA, 2010).

No município onde foi realizada esta pesquisa, no ano de 2009, foi celebrado *contrato* de prestação de serviços na área da coleta seletiva entre a Prefeitura Municipal e uma Cooperativa de Catadores. Este foi o primeiro município do Estado do Rio Grande do Sul a realizar esse tipo de contrato, resultado das reivindicações e articulações entre o segmento de catadores e a administração governamental, em nível local. Representa um marco histórico das relações entre poder público municipal

7. Idem nota 6.

e a organização de catadores, nos seus mais de dez anos de existência naquele município.

O ponto decisivo da movimentação em torno da formação da associação de catadores que levou ao estabelecimento do referido contrato foi o desmonte do lixão da cidade no ano de 2000 quando este foi transformado em um aterro sanitário e, a partir de um consórcio entre municípios, ganhou uma estrutura de engenharia compatível com padrões ambientais consagrados internacionalmente. Conseqüentemente, em cumprimento às determinações dos organismos internacionais, também deixou de servir de lugar de coleta e seleção para os catadores de materiais recicláveis.

Ao lado do aterro sanitário, passaram a funcionar os dois galpões de triagem de materiais recicláveis. O trabalho passou a ser organizado por meio de duas associações e, mais tarde, um galpão foi transformado em cooperativa. Nos galpões, os catadores recebem os materiais recicláveis coletados mecanicamente na cidade, por intermédio dos serviços de empresa privada, cujas atividades envolvem transporte de cargas e comércio de materiais de construção e serviços de limpeza pública e engenharia ambiental, especificamente limpeza urbana, coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos domiciliares, industriais e especiais. Entretanto, um deles também recebe os materiais recicláveis coletados pelos próprios catadores por meio do referido *contrato* de prestação de serviço de coleta seletiva no município.

Nos galpões, os associados fazem a separação, a prensagem e a comercialização dos materiais recicláveis, o que envolve o pagamento dos catadores pelo material entregue nos galpões e a venda a indústria de reciclagem. A associação que recebe também os materiais coletados pelos catadores se diferencia por se constituir numa “minicentral de comercialização” (OLIVEIRA, 2010).

As formas associativas e cooperativas reivindicadas pelos catadores pretendem instaurar um novo modelo de relações no qual o catador deixa de vender os materiais recicláveis aos intermediários, considerados “patrões” e incentivadores da competição e do individualismo e passa a se organizar por meio da associação ou da cooperativa, visando à “luta pela autogestão do trabalho e pelo avanço no controle da cadeia produtiva de reciclagem” (MNCR, 2010/a, p.13). De fato, com a formação das associações, os catadores passaram a organizar as atividades com uma nova infraestrutura e estabelecer relações muito distintas daquelas que se davam no lixão ou então com os atravessadores.

É importante considerar que a mobilização dos catadores pretende que a organização do segmento, nas formas de associação e cooperativa, seja o modelo hegemônico. Para tanto, os catadores reivindicam ao poder público municipal a *contratação* da associação para a prestação de serviços de coleta seletiva urbana. Esta é realizada até então, exclusivamente, por contrato com empresas privadas que coletam e transportam o material diretamente até o aterro. Uma pequena parte do material recolhido por essas empresas, em determinados dias da semana, em que é colhido o material reciclável, é enviada às unidades de triagem. Conseqüentemente, os

catadores ficam confinados ao trabalho de triagem dos materiais dentro dos galpões.

Em vista disso, a mobilização para a *contratação* das organizações de catadores impulsiona a mudança do modelo de coleta seletiva mecanizada para o de coleta seletiva solidária. Esta se baseia na coleta porta a porta, realizada por catadores, além de envolver outros procedimentos como separação, enfardamento, pesagem e comercialização dos materiais, entre outras atividades. Todavia, organizar os catadores em associações e cooperativas que assumam os *contratos* de prestação de serviços não é tarefa simples.

Pode-se observar durante a realização desta pesquisa que, entre os grupos organizados nas duas associações, tanto o “ingresso” quanto o “desligamento” de catadores são situações frequentes e que produzem uma movimentação, principalmente, no desenvolvimento de atividades de coleta porta a porta, e essa movimentação, por sua vez, resulta num significativo número de novos associados.

O pouco tempo de participação em grupos organizados justifica o grau de desinformação dos catadores em relação às condições sob as quais se dá a sua atuação na associação e, também, em relação às condições de *contratação* para a prestação de serviços entre a associação e a Prefeitura Municipal. Alguns associados manifestam que: *Se pudesse [se houvesse o contrato] seria bom, seria ideal, pois teria mais material. O caminhão da empreiteira pega mais material que o catador. Os moradores dão para o caminhão porque tem catador que rasga a sacola e despeja a merda do cachorro no chão para ficar com a sacola*⁸.

O desconhecimento da contratação por parte dos associados não impede o reconhecimento da sua importância para a organização. No entendimento dos catadores, a importância do seu trabalho na coleta porta a porta consiste no conhecimento “especializado” que eles têm para o reconhecimento dos materiais e na otimização da coleta destes para a reciclagem.

Pode-se constatar, mesmo entre os catadores associados, há aqueles que manifestam o desconhecimento em relação ao contrato de prestação de serviços, assim como dos direitos que podem ser acessados por conta do referido contrato; inclusive direitos que foram pauta de reivindicação da organização nacional como o da inclusão do catador no sistema previdenciário, por meio do pagamento do INSS. Nota-se a necessidade de maior investimento por parte da associação ou da cooperativa na socialização de informações pertinentes às condições de trabalho dos associados. A manutenção do associado alheio às próprias condições de trabalho aproxima a associação ou a cooperativa das formas majoritárias de organização econômica e social, contra as quais elas justificam sua existência e suas lutas.

A respeito dos equipamentos como as máquinas adquiridas para a realização do trabalho dentro dos galpões, muitos trabalhadores preferem não as usar. Como

8. Catadora com 53 anos, cooperativada, moradora da Vila Pontilhão; exerce liderança entre os catadores. Excluída do sistema educativo formal antes de concluir a 4ª série.

já se anunciou nessa pesquisa, a maioria são mulheres, que *preferem “fazer tudo no muque”*, ou seja, realizam o trabalho braçal desde o interior até o pátio dos galpões. A organização do trabalho tem seus limites dados pela inexperiência em termos de trabalho organizado, conforme declaração dos catadores e pela precariedade de condições para a realização do trabalho. Essas características, no entanto, não afastam os catadores do trabalho de coleta. Ao se constituir na única possibilidade de renda para muitos trabalhadores, constitui-se também na captura às formas impostas pelas novas técnicas e formas organizacionais, presidida por longas jornadas de trabalho e pelo pagamento à base da produção (IAMAMOTO, 2006). Os depoimentos dos catadores indicam que o tempo dedicado à coleta excede o de oito horas diárias: Às vezes a entrega de uma carga dura até doze horas. Geralmente são umas dez horas de trabalho. Quando tem entregas, são doze horas de trabalho⁹.

A sujeição em relação às extensas jornadas de trabalho, sem vínculo trabalhista estável, com a anuência dos catadores, é movida pelas necessidades de subsistência, às vezes, pela expectativa de mudança de condição social e pela liberdade do que e como fazer. As declarações dos entrevistados reproduzem a ordem do trabalho sem horário, sem padrão, sem ritmo e as contradições engendradas por essas formas.

Neste contexto, uma diversidade de rumos e sentidos vai impor-se às práticas da associação contratada pelo poder público municipal para a prestação de serviços. O que mobiliza os trabalhadores são as necessidades, as situações de pobreza e de desocupação somadas aos valores e princípios da autogestão ou da gestão coletiva e democrática do trabalho de coleta organizado na condição de movimento social. Entretanto, a contratação da associação/cooperativa para a prestação de serviços para o município exige condições de competitividade no mercado e de lucro com as quais os trabalhadores precisarão se relacionar: *A cooperativa vende direto para a fábrica, e o material é mais separado. É muito difícil, mas ganha valor*¹⁰. Esclarece: *Se fosse só o sistema cooperativado, seria uma ferramenta insuficiente para trabalhadores independentes, autônomos, mas, organizados como movimento social, temos um diferencial. Se a cooperativa pensa em mais ganhos para os catadores, o movimento, então, quer esses ganhos para um grupo muito maior*¹¹.

Pode-se entender, a partir desses depoimentos, que a preocupação do catador organizado é garantir através de maior quantidade e qualidade, agregar valor aos materiais comercializados diretamente com as fábricas. Todavia, sua lógica organizacional, seu ritmo produtivo e custos, em parte, tendem a ser comandados pelo mercado. Mesmo para os catadores que já alcançaram um maior nível de organização

9. Catador, 25 anos, associado e cooperativado. Atua na coordenação de atividades da cooperativa. Participa de atividades de mobilização e de organização dos catadores em Gravataí e demais cidades do Estado.

10. Catadora, 30 anos, compõe o conselho de administração da cooperativa; atua na unidade de triagem dos materiais recicláveis; não realiza coleta porta a porta.

11. Catador, 38 anos. Iniciou na coleta porta a porta há um ano. Atua no centro da cidade onde consegue grande quantidade e boa qualidade dos materiais recicláveis .

e já formalizaram um contrato de prestação de serviços para a coleta seletiva no município, as dificuldades e tensões entre o trabalho de coleta, o poder público e a sociedade em geral ainda estão presentes e são reconhecidas pelos catadores.

Na realidade, os modos de organização e inserção desses trabalhadores são atravessados por relações contraditórias. Os depoimentos revelam as tensões entre os diferentes interesses e os diversos sujeitos envolvidos nos processos de organização em torno da coleta de materiais recicláveis. Essa compreensão leva a uma apreensão da própria realidade e impulsiona a organização desses trabalhadores.

É importante destacar que as manifestações de interesse em formação e capacitação na área da coleta seletiva, de certa forma, estão associadas às expectativas dos grupos organizados, principalmente pela possibilidade de retorno da atividade, visto que proporciona “garantia de sobrevivência” e “benefício ambiental” (MNCR, 2010b, p. 8). Também estão vinculadas às exigências postas à ocupação, pois, para esta se consolidar e se expandir, precisa atender a uma série de requisitos e, assim, levar os catadores a transformarem lixo em mercadoria.

Foi a partir dessa realidade que os catadores criaram espaços de formação para conhecer o ciclo produtivo dos materiais. As formações são guiadas por cartilhas com instruções sobre as etapas do processo produtivo dos materiais recicláveis e noções de associativismo e cooperativismo com base na autogestão. As etapas do trabalho de coleta envolvem a campanha de rua para a coleta seletiva solidária e a sensibilização da comunidade, o cadastro dos moradores e dos comércios que estão dispostos a participar da coleta; a triagem dos materiais, os critérios e as regras de separação de acordo com os tipos dos materiais, mas também com os interesses das empresas e dos produtos com maior valor de mercado; a amarração dos sacos com identificação dos produtos e o descarte dos rejeitos para evitar o acúmulo nos espaços de estoque.

As orientações sobre o empreendimento associativo e cooperativo contemplam a criação de canais de participação democrática, as funções e as atividades dos conselheiros e diretores, a construção de estatutos, as bases de acordo, a gestão administrativa e a autogestão (MNCR, 2010b). Ainda que esses princípios tenham pertinência, quanto a imprimir valores e critérios éticos para as condutas dos trabalhadores (MNCR, 2010b), eles estão dissociados das condições estruturais do trabalho coletivo e, conseqüentemente, enfraquecem o debate acerca da percepção do trabalho, reduzindo-o a uma dimensão voluntarista, como se sua realização dependesse apenas da vontade do trabalhador.

No município onde se realizou esta pesquisa, as lideranças contam com um histórico de participação em outras ações de organização social e popular, de articulação com outros grupos e movimentos, porém, em seu conjunto, esses trabalhadores não tiveram essas experiências. Os dados da pesquisa revelam que 74,7% dos entrevistados não participaram de formação ou capacitação, inclusive de reuniões ou de qualquer outra atividade; somente 25,3% participaram de formações sobre a organização do segmento de catadores na cidade.

Nas diretrizes e nos princípios tecnológicos, empregados na construção de modos de fazer a coleta, destacam-se as ações de formação e capacitação realizadas, com vistas à geração de trabalho e renda, mas também como aspiração a uma nova ordem social. Com mais precisão, pode-se dizer que as relações entre os próprios catadores, deles com a cidade, com o poder público e com a paisagem empresarial em torno da atividade que exercem informam sobre as tecnologias vinculadas ao trabalho que desenvolvem e as formas de sociabilidade forjadas nas suas experiências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, os dados apresentados demonstram a precariedade das condições em que vivem e trabalham os catadores de materiais recicláveis. Essas condições demandam formas específicas de inclusão social pelo trabalho, na qual os catadores priorizam suas reivindicações em relação às suas necessidades de moradia, acesso aos serviços de saúde, educação e assistência social. Todavia, o atendimento dessas necessidades está condicionado pela própria criação de espaços e condições de trabalho.

O trabalho de coleta de materiais recicláveis envolve um número considerável de equipamentos e procedimentos produzidos ou acessados pelos catadores, conhecimentos que devem ser usados diretamente na realização da atividade de coleta. É uma questão de tempo, de trabalho, de observação, de desenvolvimento e de aperfeiçoamento constantes. Tornar-se um catador envolve, além da força física disponível para o trabalho, o bom aproveitamento dessa mesma força para adaptação do corpo aos equipamentos e ao conhecimento dos materiais. É necessário reconhecer plásticos, papéis, metais, entre outros materiais, visto que estes apresentam valores diferentes e grande flutuação no mercado.

Junto a isso se soma o fato de que o material reciclável que é posto nas ruas pelos moradores exige a coleta de uma quantidade que excede a capacidade de transporte nos carrinhos de tração humana ou elétricos. Além disso, a qualidade do material não é garantida em vista da seleção ser realizada por muitas pessoas que desconhecem o que pode ou não ser reciclado. Assim, transportar todo o material classificado pelos moradores como reciclável, com o uso de energia física própria ou elétrica por longas distâncias, revela o *contrato* de prestação de serviços como uma *faca de dois gumes*. De um lado, uma conquista de espaço que afirma o catador como trabalhador da coleta seletiva, de outro, daquele que suja as ruas ao abrir as sacolas, retirando delas o que lhe interessa e deixando o restante ao relento. De um lado, uma conquista política; de outro, a produção da imagem contrária a que se gostaria de produzir.

Nesse conflito, fica evidente a parte da atividade dos catadores que foi relegada à invisibilidade tanto pelas políticas de inserção social e econômica, com pretensões ambientalistas, quanto pelas reivindicações e conquistas dos próprios catadores, qual seja: a parte da seleção dos materiais recicláveis. Com a extinção dos lixões,

que constituíam em um local de seleção por excelência, o esforço de congregar os catadores se concentrou nas unidades de triagem, associações ou cooperativas destinadas à classificação e pesagem da produção. Na verdade, ao que tudo indica, a classificação que ocorre nesses locais é posterior a uma seleção que pode ocorrer diretamente nas ruas ou nos domicílios dos catadores, quando estes são obrigados a eleger o que tem valor e que é possível transportar, visto que a população em geral não sabe distinguir entre material reciclável, orgânico e rejeito.

A estrutura dos galpões não comporta a seleção de todo o material reciclável posto nas ruas, tampouco o número de trabalhadores que seria exigido para o trabalho de seleção. Em outros termos, os catadores não têm como coletar tudo o que é disponibilizado pela população sem antes fazerem uma seleção, assim como a unidade de triagem não tem infraestrutura para comportar todo o material, tanto pela quantidade quanto pela qualidade.

Nesse sentido, a realidade vivenciada pelos catadores mostra que seu trabalho é dinâmico e, no seu percurso, experimenta transformações. Assim, as novas formas de domínio da ocupação evidenciam a utilização de tecnologias produzidas pelos próprios catadores e a utilização de tecnologias que incidem sobre esses trabalhadores. Demarca-se, nesses processos, a inserção de novos produtos e de novos modos de fazer a coleta, incluindo seus instrumentos e suas metodologias, seja para o trabalho realizado dentro dos galpões, seja para aquele realizado nas ruas.

REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo. Cortez, 2003.

BORTOLI, Mari Aparecida. Catadores de materiais recicláveis: a construção de novos sujeitos políticos. **Rev. Katálysis**, v.12, n.1, p. 105-114, 2009.

BORTOLI, Mari Aparecida. **Tecnologias e Sociabilidades**: processos de organização de catadores de materiais

recicláveis. 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MOTA, A. E. Entre a rua e a fábrica: reciclagem e trabalho precário. **Temporalis**, ABEPSS, Brasília, ano 3, n. 6, 2002.

_____; AMARAL, A. S. Estruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: _____. (org.) **A nova fábrica de consensos**: ensaio sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas do serviço social. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MNCR. MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAS RECICLÁVEIS. **Cartilha Nacional de formação Política das Bases do MNCR**. 2010a.

MNCR. MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAS RECICLÁVEIS. **Cartilha Nacional de formação Política das Bases do MNCR**. 2010b.

OLIVEIRA, C. B. **A questão social da reciclagem**: um estudo sobre reflexividade, e articulação de redes sociopolíticas no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PUCRS, 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010.

RIBEIRO, I. M. **Aguentando o tranco: etnografia com catadores de materiais recicláveis**. Porto Alegre: UFRGS, 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional), Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.